



Luís Fernandes Morais,
Instituto de Geografia e Ordenamento do Território –
Universidade de Lisboa ~ Ifilipevelez@gmail.com

Contributos da valorização do património arqueológico para o desenvolvimento local

Património, turismo e desenvolvimento rural

«Quando a arte ou os factos históricos se tornam recomendáveis, convertem-se em capital produtivo. Calculai quantos viajantes terão atravessado Portugal neste século. Decerto que não vieram cá para correrem nas nossas cómodas diligências pelas nossas belas estradas, ou navegarem nos nossos rápidos vapores pelos nossos amplos canais; decerto que não vieram para aprenderem a agricultar com os nossos agricultores, nem a fabricar com os nossos fabricantes; mas para admirarem os mosteiros da Batalha, de Alcobaça e de Belém, a sé velha de Coimbra, a catedral, a igreja de S. Francisco e o templo romano de Évora, a matriz de Caminha e a colegiada de Guimarães, os castelos da Feira e de Almourol, e enfim tantas obras-primas de arquitectura que encerra este cantinho do mundo. Credes que esses romeiros da arte voltam da romagem aos seus lares sem despende muito ouro, e esqueceis que esse ouro ficou por mãos portuguesas? E falais de economia política, e aniquilais o capital dos monumentos? Adoradores do camartelo, por qualquer lado que se observe a vossa obra, não se descobre senão o absurdo.» (Alexandre Herculano, citado por Mourão-Ferreira, 1977: 14-15).

0. Enquadramento da problemática

O sector da cultura tem vindo a assumir um papel progressivamente central na vida económica e social. Começou a ser considerado um vector importante do desenvolvimento, tendo suscitado, conseqüentemente, um interesse crescente, por parte da investigação científica, ao nível da produção, distribuição e consumo de bens culturais (Costa, 2007). Esta passagem da cultura das margens para o centro das economias e sociedades contemporâneas, como refere o mesmo autor, não se reflecte de modo uniforme em todos os sectores ligados à cultura e ao património.

Nas últimas décadas, a questão da valorização do património arqueológico tem vindo igualmente a ganhar algum relevo social, contudo, a sua admissão nas políticas, quer urbanas, quer nacionais, não tem acompanhado, na prática, esse desenvolvimento. Ainda persiste um grande desconhecimento acerca do potencial de afirmação e expansão deste sector (tanto no plano científico e cultural, como económico), seja pela insuficiente investigação arqueológica, em alguns casos, seja pela inexistência de estratégias de valorização deste património, na maior parte dos casos. A própria literatura geográfica portuguesa não tem tido participação activa na discussão deste tema, apesar da posição privilegiada dos geógrafos no campo das ciências sociais.

Comumente, a arqueologia, na sua faceta de trabalho de campo, de forma mais explícita em áreas densamente habitadas, é encarada como um elemento perturbador do quotidiano dos cidadãos, uma condicionante das actividades económicas e da expansão urbana, um entrave à actuação das empresas, principalmente as do sector da construção, e uma força de bloqueio de certas operações imobiliárias. As questões do património arqueológico constituem, assim, um bom exemplo do equilíbrio frágil entre crescimento económico e desenvolvimento, traduzido no conflito, que, por vezes, ainda se verifica, entre economia e cultura. A este propósito, é curioso constatar que a relação não consensual entre economia e cultura, com a fraca participação dos agentes culturais na definição das opções económicas (Costa, 2005), é visível nas soluções institucionais adoptadas. Há países onde os sectores do turismo e da cultura, por exemplo, se articulam no quadro do mesmo ministério e outros onde este cenário não se verifica. Outro exemplo é o das autarquias locais portuguesas, onde os serviços de arqueologia, tradicionalmente integrados nos departamentos de cultura, tendem a ser integrados nos departamentos de obras municipais.

Não raras vezes, no conjunto do sector do património, a arqueologia ainda é entendida, pelos agentes económicos, como um instrumento para libertação de terrenos para construção, no seio dos procedimentos impostos pela União Europeia ou por novos paradigmas, ainda não assimilados pela população em geral, mas já corporizados nas políticas de ordenamento e de gestão do território, através, entre outros, dos estudos de impacte ambiental e patrimonial que, como afirmam Costa e Lopes (2009), têm vindo a ocupar o seu lugar no âmbito do ordenamento do território em Portugal.

1. Valorização do património arqueológico

1.1. Ponto de partida

A valorização dos vestígios arqueológicos, particularmente dos que se encontram em espaço urbano, parece estar encrostada no antagonismo que opõe, com frequência, arqueólogos e técnicos de planeamento. De um lado, os arqueólogos costumam ser associados ao conservacionismo extremo; de outro, os técnicos de planeamento tendem a ser rotulados com a falta de sensibilidade face aos vestígios materiais do passado. O conceito de valorização aqui adoptado, distanciando-se deste conflito, reveste-se de alguma complexidade, ao admitir-se que a valorização acrescenta valor ao objecto em função das componentes da procura. Em oposição a esta leitura encontram-se aqueles que consideram que a valorização não acrescenta, objectivamente, qualquer valor ao objecto. Afirmam que, pelo contrário, põe em evidência os seus valores inatos, as suas qualidades intrínsecas, através da descodificação das suas qualidades (Minissi, 1988, citado por Matos, 2002). Contudo, à passagem de vestígio material a património e a monumento não é indiferente a valoração atribuída pela procura, visto que estamos fora do domínio da produção tangível. Consequentemente, abordagens que visem exclusivamente leis económicas baseadas nas propriedades do objecto deixam de fora aspectos

centrais da procura como o “gosto” ou o “prazer”, que, numa outra linguagem, diríamos situar-se já não no plano da base económica, mas no plano da super-estrutura político-jurídica.

1.2. Património arqueológico, memória e identidade

No quadro das sociedades contemporâneas, a questão da identidade, que encontra fundamento na herança e na memória culturais e, portanto, na relação das pessoas com o património, tem tido alguma importância social. O significado desta relação reforça-se com a elevação do nível de formação da população.¹ Esta sensibilidade face ao passado é uma característica distintiva do Homo sapiens (Cleere, 1989). Ou seja, nas palavras de Choay (2008: 17-18) o ser humano distingue-se por «tocar pela emoção uma memória viva». ² Esta memória, tal como as coisas e os homens, permanece no mundo transformada em legado, em património herdado (tanto material, como imaterial) (Ballart, 2002). E o seu capital reside na acumulação de tempo.

O passado, no presente, consubstancia-se na memória, que assume uma dimensão material ³ indiscutível no património arqueológico (Groot, 2006). ⁴ O mesmo é dizer que a tangibilidade do passado, numa externalização da memória, no quadro de um processo de legitimação da presença de uma comunidade no seu território, encontra terreno fértil na arqueologia e no património que a sua investigação traz à luz do dia. Trata-se de algo que pode ser visto e tocado, mais do que simplesmente sentido. É um património fortemente territorializado em marcos identitários referenciais, ⁵ aos quais o homem comum se pode dirigir com facilidade e reflectir acerca da sua identidade e da sua responsabilidade enquanto cidadão (Little, 2007). De tal forma que, para Ballart (2002), a necessidade de transmissão de ideias e sentimentos, impregnados na noção de espaço e de tempo, que acompanha a consolidação das primitivas civilizações urbanas, está associada ao aparecimento do movimento conservacionista na história. Simplificando, o património histórico e monumental, em geral, é um valor identitário dos lugares e o património arqueológico não é excepção.

1 Numa pesquisa efectuada no centro histórico de Évora, concluiu-se que eram os habitantes com formação acima da média, aqueles que mais valorizavam o aspecto de residir em pleno centro histórico, apresentando uma relação afectiva especial com aquilo que consideravam ser um privilégio (Esperança, 1997, citado por Carneiro, 2004).

2 A memória é uma característica biológica e psicológica dos seres humanos. A cidade, por albergar historicamente seres humanos, pode ser entendida como um lugar de memória individual e colectiva (Abreu, 1998). E falando em cidade, falamos em tudo o que nela se encontra, incluindo o património arqueológico.

3 Cabe referir que há autores que como Centeno Jorge (2003, citado por Carneiro, 2004) consideram que o património apenas pode encerrar uma dimensão imaterial, na medida em que, como valor de memória, consiste na projecção, no nosso tempo, da presença das origens que consideramos nossas. Consequentemente, nesta lógica de pensamento, o património seria somente o suporte material desta imaterialidade, o que põe claramente em causa a objectividade da existência do património quase num relativismo absurdo; uma vez que, independentemente do nosso reconhecimento de um dado valor patrimonial, isso não apaga o seu valor intrínseco. Trata-se, pois, de um devaneio idealista.

4 Groot (2006) estabelece uma ponte entre o passado e o presente por intermédio da apropriação, por parte de uma comunidade, de valores naturais, culturais e históricos da região que habita. Estes são aspectos que fazem parte da vida quotidiana dessa comunidade num permanente processo de interpretação e reinterpretação da história que sobrevive no património arqueológico.

5 Este é um aspecto importante, na medida em que a identidade se converte em recurso metonímico da patrimonialização, ainda que nem todo o património crie uma identidade e que nem toda a identidade crie um património (Peixoto a identidade como recurso metonímico da patrimonialização).

Perspectiva análoga é entender o património, testemunha da sobrevivência das coisas e dos homens, enquanto recordação inter-geracional ⁶. Nesta combinação dialéctica que envolve passado, história e património, o conservacionismo contemporâneo consiste num acto livre e consciente de selecção dos elementos da cultura material ⁷ a preservar. Assim, todos os elementos da cultura material envolvem algo de transcendente. Apela à memória. Constituem provas evidentes de um vínculo a um passado. Um passado que proporciona consolo, que alimenta a nostalgia e legitima a existência presente, dando confiança e segurança na continuidade da tradição (Ballart, 2002). O património arqueológico é, assim, algo que uma comunidade reconhece e que faz com que se reconheça a si própria na relação com o território que ocupa (Martín-Barbero, 1999, citado por Groot, 2006).

Num mundo em constante transformação, o chamado projecto da pós-modernidade, opondo-se ao dito projecto da modernidade, que terá feito tábua rasa do passado, fomenta a patrimonialização, ⁸ numa reacção à aceleração da vida moderna, ao desaparecimento dos modos de vida tradicionais, à atomização da vida social, ao desenraizamento e ao individualismo hedonista contemporâneo (Mendes, 2008). Associa-se, assim, o desenraizamento das sociedades actuais a um processo de (re)descoberta identitária, o que, em consequência, se traduz no crescimento de uma procura pelo património. É compreensível, que sob uma globalização uniformizadora, exista uma procura pela singularidade dos lugares, enquanto elemento de resistência identitária a este processo homogeneizador. Uma procura protagonizada individualmente por cada cidadão, mas também colectivamente pelos Estados, que assumem uma política ideológica institucional de conservação do património, que sintetiza numa imagem os seus valores de referência (Carneiro, 2004).

Numa óptica idêntica, Guillaume (2003) relaciona a perda da memória e da identidade com a mobilização dos grupos sociais ameaçados de anemia. Este autor situa o nascimento da conservação patrimonial na época moderna, atribuindo à criatura do doutor Frankenstein a primeira aparição de uma imortalidade fabricada pelo homem. No entanto, qualquer aluno de História da Antiguidade Pré-Clássica reconhece nas pirâmides do Antigo Egipto o sentimento de durabilidade que presidiu à construção da casa da eternidade do faraó. Na verdade, podemos sempre ir mais longe como Raposo (1997) e vislumbrar nas simples colecções de fósseis, cristais de rocha, minerais e conchas do Homem de Neandertal, o espírito intrínseco à ideia de museu, ao espírito coleccionista e conservacionista. Não obstante, os modelos de referência continuam sendo aqueles que encontram as raízes do processo de patrimonialização no mundo clássico e neo-clássico. Henriques (2000) cita, entre vários exemplos do interesse pelo património, os colecionadores romanos de arte grega, ou Carlos Magno que, no século VIII d.C., importou capitéis da Roma Antiga. Contudo, nenhum destes exemplos ilustra o pensamento actual, nem o processo moderno de valorização do património. Como diz Choay (2008), não se tratava da percepção do valor histórico, mas apenas do reconhecimento do valor técnico e artístico dos objectos e das obras. Por isso, só a partir do Renascimento, e de forma consistente a partir dos anos de 1930 com a Carta de Atenas, é possível vislumbrar um antecedente linear da realidade do mundo de hoje, ao nível da valorização do património arqueológico, que consiste numa busca pela identidade que vive numa memória herdada, que vive no património.

6 Esta ideia dilata o conceito de património, abrindo a possibilidade de atribuição de valor patrimonial a um universo mais alargado de objectos (Cândido, 2004).

7 O conceito de cultura material engloba o conjunto de objectos criados por uma determinada cultura com o fim de satisfazer necessidades e desejos derivados da interacção com o ambiente envolvente (Ballart, 2002).

8 Segundo Mendes (2008) encontram-se diversas designações para classificar o processo de patrimonialização, tais como: síndrome neocultural da restauração (Baudrillard, 1968), reinvenção do património (Bourdin, 1984), fetichismo do património (Harvey, 1989), indústria da herança ou da tradição (Urry, 1990), alegoria do património (Choay, 1992).

1.3. Dimensão económica do sector da cultura e do património

A dimensão económica do património cultural tem sido historicamente tratada com alguma relutância. Ainda hoje, as razões apresentadas para a preservação do património raras vezes focam aspectos económicos, como se estes não existissem. Para os autores neo-clássicos dos anos de 1930, de que John Keynes constitui um dos exemplos mais ilustres, o sector da cultura era uma ocupação improdutiva, não sendo, por isso, do terreno da economia. Estes autores, como bem lembra Ballart (2002), faziam notar que os museus tinham mais valor para a sociedade que os bares, mas que nem por isso tinham mais procura que os bares. E assim encerravam a discussão.

As críticas clássicas contra a “mercadorização” dos bens culturais circunscreviam o domínio da produção cultural e, conseqüentemente a política cultural, exclusivamente ao domínio da cultura e da política. Em resultado seguiu-se um período de conservacionismo institucional, no qual se negava a relação entre economia e cultura, cuja base conceptual, na prática, delegava este domínio administrativo aos técnicos e funcionários das instituições públicas dirigidas para a cultura, que não recebiam os fundos suficientes para a conservação e divulgação do património (Ballart, 2002). Um bom exemplo desta concepção é o conceito de cultura enquanto sinónimo de artes e letras utilizado pela Escola de Francoforte (Henriques, 2000). Como menciona este autor, a “mercadorização” da cultura era vista como sujeição da criação artística às lógicas do capitalismo e de um projecto totalitário. Opunha-se, assim, a alta cultura, que seria a verdadeira arte, à cultura de massas, considerada mero entretenimento.

Entretanto, o cepticismo relativamente à “mercadorização” da cultura enfraqueceu-se face ao facto de as actividades culturais desempenharem um papel crescente na criação de riqueza e na geração de emprego, designadamente no âmbito das indústrias culturais, o que modificou a relação entre cultura, economia e valorização do território.⁹ Henriques (2000) situa este processo a partir dos anos de 1980 com a emergência de uma nova concepção de cultura e a partir dos anos de 1990 com o reforço das inter-acções entre cultura e economia. Nesta transição, o crescimento do turismo cultural constituiu a força motriz da passagem para esta nova base conceptual que considera os bens culturais como categoria económica, embora sujeita a intervenção e regulação pública (Ballart, 2002).

Porém, no domínio do património, o factor mais importante terá sido, por ventura, o facto de o património custar dinheiro. Assim, no quadro da liberalização da economia e do enfraquecimento do papel intervencionista do Estado, ficou facilitada a aceitação do facto do património poder valer e render dinheiro. No seio das indústrias culturais tem vindo a ser criado, progressivamente, um mercado onde opera a patrimonialização da história como designam Graham *et al* (2004, citados por Vieira, 2008: 41), no qual os custos de salvamento e preservação são equacionados face aos benefícios esperados, incluindo os económicos.

Nesta linha de pensamento, autores como Costa (2007) preferem utilizar o conceito de fileira económica da cultura (fileira económica do património arqueológico naquilo que nos interessa) ao invés de utilizar a expressão indústrias culturais. Esta fileira económica traduz-se

⁹ A propósito deste cepticismo que marcou o século XX, é interessante constatar que já no século XIX, pensadores portugueses como Alexandre Herculano (um dos principais, senão o principal defensor mediático da cultura portuguesa, no quadro do espírito das ideias do liberalismo) já eram sensíveis à dimensão económica do património. Para além de um discurso vertical em defesa da arte, encontramos em Alexandre Herculano reflexões que apontam para as vantagens económicas do turismo cultural num país periférico com baixo nível de desenvolvimento (Mourão-Ferreira, 1977).

na criação de emprego e valor económico, na requalificação de espaços urbanos, na participação das populações na defesa da preservação da sua identidade e especificidades territoriais e da memória colectiva. Desenvolvem-se, assim, lado a lado, duas linhas de impactos positivos destas actividades. De um lado, os vastos efeitos directos e indirectos que têm na economia e no espaço físico em que se desenrolam (empregos criados, valor gerado e distribuído pelos intervenientes, recuperação urbanística, recuperação das funções desempenhadas pelo território, satisfação dos consumidores pela quantidade de bens culturais que têm à sua disposição); e de outro os aspectos qualitativos que envolvem as formas de sociabilidade, os valores e as práticas sociais associadas aos comportamentos e identidade dos cidadãos (Costa, 2007).

Os territórios começam, por isso, a preparar instrumentos duradouros de financiamento de projectos públicos ou privados para assegurar a perenidade do desenvolvimento, mobilizando recursos endógenos (Fonseca, 2001), com o desenvolvimento de projectos de marketing territorial associados a novos produtos imobiliários que articulam, de forma progressiva, turismo, património e consumo (Mendes, 2008). Cultura e economia convergem na criação de postos de trabalho, quer directamente, quer indirectamente nas actividades económicas ligadas ao património, por exemplo, ou através das múltiplas parcerias sociais com empresas para afirmar as especificidades competitivas de cada território, incentivar a localização de investimento, em particular de pequenas e médias empresas, e promover a integração social (CEACT, 1999). Já o plano de acção para o turismo de 1991 da então Comunidade Europeia entendia o património como o primeiro factor de competitividade da Europa, no quadro do turismo mundial, tendo sido o desenvolvimento deste produto indicado como uma prioridade (Henriques, 2000).

1.4. Valoração do património arqueológico

Quando é consensual os contributos que o património arqueológico pode dar à economia e ao desenvolvimento local, surge uma questão de difícil definição, que é a da sua valoração (encontrar e quantificar o seu valor). Como já tivemos oportunidade de referir, não nos encontramos no domínio da produção material, por isso, as fórmulas correntes da economia clássica, oferta v.s. procura, ou mesmo da economia política marxista, teoria do valor, não podem ser aplicadas linearmente a este caso. Embora possamos afirmar que a valoração económica dos bens culturais decorre, em larga medida, directamente das diferentes correntes do pensamento económico, outros aspectos de dimensão imaterial devem ser considerados. Deste modo, importa compreender o processo através do qual o património arqueológico se converte num recurso, assumindo, para isso, um valor determinado, que pode ser de natureza diversa.

Connor (1994, citado por Vieira, 2008: 34) entende que o valor e a valoração constituem uma necessidade inerente à condição humana tal como respirar. Todas as actividades e actos humanos podem ser estimados, submetidos a comparação, ou a preferência relativa, ou seja, a alguma espécie de valoração (social, cultural, estética, histórica, arquitectónica, urbana ou mesmo de sentido de lugar). Este autor alerta para a subjectividade na atribuição deste valor, que complexifica a prática conservacionista, uma vez que estes valores são atribuídos em função da substância das relações entre diferentes actores sociais. Com efeito, o valor patrimonial é aqui entendido como o aspecto material considerado representativo de um determinado valor cultural (Tiesdel, Oc, Heath, 1996, citados por Vieira, 2008: 36), sendo para Fonseca (1997, citado por Vieira, 2008: 36) o resultado da institucionalização de um determinado valor cultural.

Ballart (2002), apresenta-nos uma ideia diversa um pouco mais elaborada, a de que o património, por definição, remete para os bens que possuímos e, conseqüentemente, na relação com o património, este deve ser entendido como algo que detém valor na acepção de valia. O

mesmo é dizer que existe a percepção de qualidades estimáveis de uma coisa e não meramente de um valor sentimental num sentido teórico ou qualitativo, como reforça o autor. É, portanto, um valor dependente de referências intelectuais, históricas, culturais e psicológicas que varia consoante quem atribui esse valor. Um exemplo possível, dado pelo autor, é o do castelo medieval que, tendo tido em tempos uma função de habitação e refúgio, é abandonado, entra em ruínas e mais tarde é recuperado, sendo patrimonializado. O seu valor instrumental, como recurso, não é o mesmo, no contexto actual, ao valor que detinha quando era visitado por exércitos ou pastores, nem tão pouco é igual ao valor como recurso cultural ou como recurso turístico.

Estes aspectos apontados por Ballart exprimem-se na criação de um valor económico (receitas, emprego), valor estético (atribuído pelo gosto, pelo prazer), valor de uso (sentido da pura utilidade, dimensão utilizável do objecto histórico), valor formal (atração que desperta nos sentidos), valor simbólico (património enquanto veículo de relação entre as pessoas que o produziram e os que o utilizam hoje) (Ballart, 2002).

Moliner (2001, citado por Almeida, 2005: 39) considera que para que o património se possa converter em recurso deve apresentar diversas características valorativas: valor científico (pela raridade, significado ou carácter didáctico), valor estético (espectacularidade de luz, forma, cor), valor cultural (tradição de uma região ou identidade de um povo) e valor económico (ser utilizável/explorável). Neste sentido, na circunstância de se conjugarem estes valores, define-se a oportunidade para valorização, preservação e conservação do património, decorrendo tudo, preferencialmente, numa estratégia para o desenvolvimento de uma localidade ou região, através de projectos com mecanismos de controlo e monitorização das visitas com o intuito de salvaguardar a protecção deste património (Fernandez, 1999, citado por Veloso e Cavalcanti, 2007).¹⁰

Para Lije (1984, citado por Ballart, 2002: 64) há um contexto de atribuição do valor determinativo do objecto por factores económicos, através do mercado. Assim, o património é entendido como um recurso aproveitável, ao alcance das sociedades, que apresenta utilidades que respondem a necessidades sociais concretas, tendo menos subjectividade a atribuição de um valor económico à cultura segundo princípios de escassez, poder de compra, utilidade, desejo (Pedroso, 2007 e Vieira, 2008). Assim sendo, além do valor cultural específico, os bens culturais fruem outro valor, o de objectos cujo consumo constitui a base da actividade da sua venda (Rodrigues, 2007).

Porém, a forma mais fácil de valorar economicamente o património parece ser através da sua relação com o dinheiro, ou seja, através do seu valor de troca, da quantidade de dinheiro que alguém está disposto a pagar pela sua utilização. Este valor de troca é regulado pelo mercado e traduz-se automaticamente em dinheiro (Ballart, 2002). No caso de um centro histórico, exemplifica o autor, o valor utilitário conjuntamente com outros valores (de índole cultural e não cultural) contribui para fixar um valor económico determinado, no sentido de valor de troca da propriedade imobiliária. Mas, num sítio devidamente patrimonializado e musealizado, é preciso considerar outras variáveis como a circulação de visitantes, cujo fluxo financeiro pode ser relevante, e a subvenção pública. Aqui parece estar o cerne do problema da sobrevivência do património, em geral, e do património arqueológico, em particular: Como financiar o património? Através da subvenção pública ou por via de uma fileira económica?

¹⁰ A este propósito, Vieira (2006) defende que a gestão do património arqueológico não pode alhear-se do crescimento, que se tem verificado, ao nível da procura do turismo cultural para, por um lado, conservar e, por outro, divulgar este património sem colocar em risco a sua sobrevivência.

1.5. Arqueoturismo e desenvolvimento local

Como temos vindo a constatar, associar património arqueológico e desenvolvimento local é sem dúvida um desafio. Em primeiro lugar, porque, apesar do reconhecimento paulatino da dimensão económica do património arqueológico, esta aceitação ainda não é geral; e em segundo lugar, porque as iniciativas locais, das quais depende a valorização do património arqueológico, não asseguram, por si, processos endógenos de desenvolvimento local (Ferrão e Baptista, citados por Costa, 1992: 51), para além de implicarem uma interacção dialéctica entre os vários agentes do desenvolvimento: empresas, população e administração local. Por outro lado, na actual lógica de competitividade territorial, em que os territórios e as cidades se afirmam através da sua capacidade de diferenciação, oferecendo uma especificidade com base em activos próprios mobilizados por agentes locais (Santos, 2003 e Costa, 2007), é ténue a fronteira com a «mercadorização» do património.

A solução mais comum, para converter o património arqueológico num recurso endógeno promotor do desenvolvimento local, passa pela delineação de uma estratégia de promoção deste recurso, com vista à sua adequação para o turismo; na medida em que, para além de ser um importante recurso, este património pode ser também a principal motivação da visita turística (Simões, 2008).¹¹ Este fluxo de visitantes motivado pelo património arqueológico designa-se vulgarmente arqueoturismo, consistindo na deslocação de visitantes a um determinado lugar denominado sítio arqueológico (ou museu de arqueologia), onde existem vestígios de sociedades antigas, tanto pré-históricas, como históricas, passíveis de visitação terrestre ou aquática (Manzanato, 2005, citada por Manzanato 2007). Este é um conceito simples de definir no plano teórico, mas difícil de identificar e quantificar nas estatísticas oficiais, restando, para isso, os dados referentes às entradas nos sítios arqueológicos e museus e arqueologia.

O contexto de afirmação do arqueoturismo insere-se no movimento mais geral de afirmação e consolidação do património cultural enquanto destino turístico. Esta evolução é compreensível, na medida em que o património arqueológico contribui para a diferenciação dos destinos turísticos, devido à sua singularidade, originalidade e autenticidade (Gomes, 2005, citado por Veloso e Cavalcanti, 2007). A eclosão do interesse da divulgação do património arqueológico remonta aos anos de 1970, nos países e regiões ocidentais sem potencial de turismo de «Sol e praia», e beneficiando da escolarização da população e do aumento do seu poder de compra. Este processo é ainda reforçado pelo facto do fenómeno da globalização acentuar necessidades ao nível da afirmação das particularidades locais, o que renova o interesse pela dimensão cultural do turismo (Toselli, 2003, citado por Veloso e Cavalcanti, 2007). Há muitos anos que isto se verifica em países com uma componente monumental significativa ao nível do património arqueológico, como o Egipto, o Perú, o México ou a Grécia, onde se destaca a existência de estruturas arqueológicas de grande visibilidade. Nestes países é mais facilmente compreensível o grande afluxo de visitantes, que rentabiliza os custos de conservação desse património.

Porém, nem todos os valores patrimoniais podem ou devem ser integrados em cadeias de valor de produtos turísticos. Por um lado, muitos vestígios arqueológicos não possuem uma dimensão monumental, não sendo mais que testemunhos de civilização em avançado estado de

¹¹ Daqui decorre o conceito de “turistificação” do património, que consiste na recuperação e criação de património, mas também na criação de condições para uma boa visitação, tais como sinalização, interpretação turística e facilitação da apreensão imagética do elemento patrimonial (Simões, 2008).

degradação, com um relevante interesse científico, mas um limitado interesse turístico. Por outro lado, a potencial fragilidade do património arqueológico face ao demais património, devido às suas características específicas de conservação, condiciona a criação de produtos turísticos, a saber: antiguidade, qualidade dos materiais de construção, poluição, guerras (invasões francesas e lutas liberais), incêndios, desastres físicos e geofísicos (Alarcão, 1987), para além de casos de negligência e de má fé que conduzem à sua destruição (IPPAR, 2000). Pedregal *et al* (2004) sistematizou os factores de degradação do património pelos visitantes. Para além de factores de degradação voluntária, vulgo vandalismo, são identificáveis factores de degradação involuntária pelos visitantes, que devem ser considerados:

- degradação mecânica (desgaste por abrasão é um processo de desgaste causado pela fricção dos sapatos durante os percursos e vibração provocada pela cadência do andar de grupos de visitantes)
- degradação físico-química (actividade metabólica dos visitantes)
- degradação biológica (o visitante é uma fonte de poluição - gotículas respiratórias, vírus, poeira, pelos, bactérias da pele)

As formas de valorização do património arqueológico procuram responder aos mais diversos problemas práticos: como chegam os visitantes, onde ficam, o que fazem. Numa estratégia de valorização não basta mostrar o património, pois uma oferta isolada tem pouca capacidade de sobrevivência num vasto e competitivo mercado de ofertas turísticas relacionadas com o património. A criação e promoção de itinerários regionais, as redes temáticas e a associação a outros pontos de atracção turística têm-se apresentado como as melhores soluções. A instituição de áreas e de parques arqueológicos (monumentos, sítios ou conjunto de sítios arqueológicos de interesse nacional, integrado num território que é marcado de forma significativa pela intervenção humana do passado) ou de parques culturais (áreas para abrigar zonas arqueológicas ou paleontológicas localizadas em paisagens singulares com formas de gestão diferenciadas) (Pau-Preto, 2005) são as suas expressões concretas.

O museu continua a ser o principal elo de ligação entre a arqueologia e a sociedade (Shanks e Tilley, 1987, citados por Cândido, 2004). Desta forma, as políticas de valorização do património arqueológico têm como prioridade a patrimonialização a musealização. Exemplo disso é a musealização *in situ* ou as actividades de arqueologia experimental abertas ao público, numa perspectiva de encontrar atractivos turísticos que conjugam a dimensão cultural com o entretenimento, indo de encontro ao público.

Com efeito, a tendência é para apresentar os produtos turísticos relacionados com o património arqueológico enquadrados por rotas temáticas, espectáculos e recreações históricas com a participação do público, apresentação de gastronomia como a gastronomia dos povos antigos, festivais de teatro clássico em sítios arqueológicos, cinema arqueológico, comemorações associadas a personagens e acontecimentos, sítios arqueológicos integrados nas cidades património da humanidade, arqueologia industrial que pode englobar visitas a minas e complexos mineiros, viagens temáticas, visitas subaquáticas, desenvolvimento por empresas privadas de reconstruções históricas, de gostos, sabores e odores de qualquer época ou de transporte no tempo, participação monitorizada em escavações arqueológicas.

Quando estes processos são acompanhados por uma investigação de qualidade, o público é convidado a entrar num laboratório de investigação onde se dá um contacto directo entre o visitante e a evidência tangível do passado. Isto implica, como refere Vieira (2006), que o

arqueoturismo tenha em consideração as necessidades dos visitantes através de um projecto museológico e de patrimonialização que aposta em visitas personalizadas.

1.6. Gestão do património arqueológico

A gestão da herança arqueológica, institucionalizada, parece ter sido iniciada na Suécia quando em 1666, um decreto real declarou todos os objectos genericamente antigos, propriedade da coroa (Cleere, 1989).¹² Até ao século XIX, este espírito exprimiu o casamento entre ideologia política e ideologia científica para justificar o poder das dinastias reinantes (Kristiansen, 1989). Porém, em larga escala, em termos de interpretação do património, este é um fenómeno que se desenvolve nos Estados Unidos da América, no rescaldo da criação dos parques naturais em finais do século XIX, mas só em 1957, com a publicação da obra *Interpreting our heritage de Freeman Tilden* se inicia a sua sistematização na literatura científica. E no caso específico da arqueologia, só em 1972, com a publicação da obra *Public Archaeology* de McGimsey, se desenvolve um âmbito disciplinar associado à gestão do património arqueológico e à sua didáctica educacional, em contraste com a arqueologia praticada na academia, exclusivamente virada para a investigação (Litle, 2007).

Os discursos construídos em torno da protecção, salvaguarda e valorização do património arqueológico filiam-se nas diferentes teorias gerais, dirigidas para o património cultural, que procuram enquadrar este tipo de intervenções. Desde a Carta de Londres (1969), passando pela Carta de Malta (1992), até ao recente *Appear Project* (2005), têm-se defrontado, de forma dialéctica, diferentes dimensões do substantivo valorização aplicado ao património arqueológico: cultural, histórica, científica, patrimonial, identitária, económica, como vimos anteriormente.

No sistema de gestão territorial português, sob orientações nacionais, é aos órgãos de poder local que cabe a operacionalização de políticas que definem a protecção dos valores culturais. Para gerir conflitos, o actual regime jurídico prevê mecanismos de perequação, permitindo distribuir, entre os agentes envolvidos, as mais-valias e menos-valias decorrentes do estabelecimento de regras de uso do solo. Com efeito, do ponto de vista conceptual e operacional, torna-se necessário discutir o afeiçoamento de elementos instrumentais de planeamento como as cartas de risco e de sensibilidade arqueológica, a avaliação de impactes sobre o património e o caderno de encargos subjacente a este processo. Ora, estas políticas exigem meios técnicos e financeiros que muitos municípios não possuem, de modo a superarem o simples exercício da mera transposição do inventário nacional do património classificado para a planta de condicionantes do seu Plano Director Municipal.

Em Portugal, um dos elementos em consideração para a valorização do património arqueológico tem sido a sua titularidade (IPPAR, 2000). Os sítios propriedade do estado e afectos ao IGESPAR são, compreensivelmente, os mais bem estudados. Quanto ao património que não pertence ao Estado deve estar dotado de uma servidão administrativa que o protege, contudo, na realidade, a protecção do património não é fácil. É neste âmbito que se insere a

¹² De facto, como bem demonstra Matos (2002), no seu levantamento exaustivo de exemplos de contributos para a valorização do património arqueológico, as casas nobres, reinantes ou não, cedo revelaram interesse por esta temática. Citamos apenas alguns exemplos enunciados por esta autora (exemplos de um tempo em que a arqueologia ainda não era uma ciência mas apenas um conjunto de procedimentos sem método para encontrar tesouros). D. Afonso (1377-1461), primeiro duque de Bragança) constituiu uma Casa de Couzas Raras, que reunia colecções de objectos de arte e arqueologia de godos, suevos, visigodos e árabes. D. Teodósio (1504-1563), quinto duque de Bragança, foi um entusiasta na procura de vestígios do período romano, cuja colecção compilada se encontra hoje no museu de Vila Viçosa.

política de aquisições e de resgate do IGESPAR (por compra directa, por expropriação, por doação do proprietário, contrato de comodato ou aluguer).

A Lei de Bases da Política e do Regime de Protecção e Valorização do Património Cultural, lei 107/01, de 8 de Setembro, decreta que “o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural constituem dever do Estado, das regiões autónomas e das autarquias locais” (artigo 3.º) e clarifica que “deverá ser tida em conta, na elaboração dos instrumentos de planeamento territorial, o salvamento da informação arqueológica contida no solo e no subsolo dos aglomerados urbanos, nomeadamente através da elaboração de cartas do património arqueológico” (artigo 79). É o pretexto para as cartas de sensibilidade arqueológica e para a definição de regras de uso do solo, que geram mais-valias e menos-valias para os proprietários dos terrenos, cuja resolução passa pelos mecanismos de perequação definidas pela lei, o que permite distribuir mais/menos-valias pelos diversos intervenientes. Porém, a principal mudança que este diploma trouxe em relação ao anterior de 1985 é a possibilidade de entrada de privados no domínio do sector do património, o que acompanha o processo geral de liberalização da economia portuguesa.

2. Palavras finais

É possível identificar duas modalidades, aparentemente contraditórias, para fazer face a este problema da valorização do património arqueológico – a subvenção pública ou a criação de uma fileira económica do património arqueológico, que podem coexistir numa lógica de investimento público reprodutivo. Os benefícios produzidos podem exprimir-se na criação de um valor económico (receitas, emprego), de um valor estético (atribuído pelo gosto, pelo prazer), de um valor de uso (sentido da pura utilidade, dimensão utilizável do objecto histórico), de um valor formal (atração que desperta nos sentidos), de um valor simbólico (património enquanto veículo de relação entre as pessoas que o produziram e os que o utilizam hoje). Na verdade, como verificámos, além do valor cultural específico, os bens culturais fruem outro valor, o de objectos cujo consumo constitui a base da actividade da sua venda como têm feito notar diversos autores.

Com efeito, as operações de investimento destinadas à patrimonialização e musealização dos bens arqueológicos produzem impactos directos (valor criado, emprego e públicos cativados) e indirectos (efeitos multiplicadores no comércio, no turismo, nos serviços de apoio, etc.) na economia local. Os impactos no mercado de trabalho local, a atracção de investimentos externos, os efeitos no ambiente físico urbano (surgimento de espaços e infra-estruturas culturais), os contributos para a qualificação urbanística e ambiental e a entrada em cena de actores mobilizadores de iniciativas criativas identitárias, são alguns dos principais exemplos ilustrativos.

Concretamente, a valorização estratégica do património arqueológico (o que compreende protecção, salvaguarda e gestão), entendida no sentido frequentemente encontrado na literatura francesa - *mise en valeur* -, cria redes de valor, gerando emprego e promovendo a requalificação urbana, tanto do espaço físico, como no âmbito da animação urbana, estética e artística que pode encerrar – elemento económico do desenvolvimento local. Em simultâneo, o conjunto de processos de protecção e salvaguarda do património detém um papel marcante na construção das expressões culturais identitárias, onde tem lugar a participação cívica das populações, nomeadamente no alcance dos princípios norteadores da Agenda 21 Local ou de outras políticas de incidência territorial, o que constitui o elemento de coesão social do desenvolvimento local.

Esta breve reflexão é, por natureza, incompleta. Falta, a diferentes escalas, operacionalizar os conceitos discutidos, quantificar a dimensão da fileira produtiva do património

arqueológico e mensurar todo o seu potencial, de forma a que este património possa ser integrado nas políticas territoriais de desenvolvimento local. É desejo do autor que este texto sirva de incentivo à participação activa de geógrafos e outros profissionais de áreas disciplinares afins da geografia na valorização do património arqueológico, com vista ao desenvolvimento local.

3. Bibliografia

Alarcão J (1987) *Introdução ao estudo da história e património locais*. Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra, Coimbra.

Almeida F (2005) O património cultural no planeamento e no desenvolvimento do território. Os planos de ordenamento de parques arqueológicos. Dissertação de mestrado, Universidade do Porto, Lisboa.

Ballart J (2002) *El patrimonio histórico y arqueológico: valor y uso*. Ariel Patrimonio, Barcelona.

Cândido M (2004) Arqueologia musealizada: património cultural e preservação em Fernando de Noronha. Dissertação de mestrado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

Carneiro A (2004) O património reencontrado. Centro histórico de Guimarães, património da humanidade: a cidade enquanto memória, espaço de identidade e cidadania. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga.

CEACT (1999) *Contributos para uma metodologia de estudo do património cultural europeu*. CECDTG, Montalegre.

Choay F (2008) *A alegoria do património*. Edições 70, Lisboa.

Cleere H (1989) *Archaeological heritage management in the modern world*. Routledge, Londres.

Costa E (1992) Reestruturação económica e desenvolvimento local – caso de Castelo Branco. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Costa C (2005) Turismo e cultura: avaliação das políticas e práticas culturais do sector do turismo (1990-2000). *Análise Social*. 175(40): 279-295.

Costa P (2007) *A cultura em Lisboa. Competitividade e desenvolvimento territorial*. Instituto de Ciências Sociais, Lisboa.

Costa C, Lopes G (2009) Proposta de um instrumento de gestão do património arqueológico de Torres Novas. *Nova Augusta*. 21: 247-270.

Fonseca L (2001) Património, turismo e desenvolvimento local. In Fonseca L (ed.) *Turismo rural. Práticas e perspectivas*. Contexto, São Paulo.

Groot A (2006) Arqueología y patrimonio: conocimientos y apropiación social. *Revista de la Academia Colombiana de Ciencias*. 30(114): 5-17.

Guillaume M (2003) A política do património. Campo das Letras, Porto.

Henriques E (2000) *Cultura e território, das políticas às intervenções: estudo geográfico do património histórico-arquitectónico e da sua salvaguarda*. Dissertação de doutoramento, Universidade de Lisboa, Lisboa.

IPPAR (2000) *Património: balanços e perspectivas 2000-2006*. IPPAR, Lisboa.

Kristiansen K (1989) Perspectives on the archaeological heritage: history and future. In Cleere H (ed.) *Archaeological heritage management in the modern world*. Routledge, Londres.

Little B (2007) Archaeological and civic engagement. In Schakel P (ed.) *Archaeology as a tool of civic engagement*. AltaMira Press, Lanham.

Manzanato F (2007) Turismo arqueológico: diagnóstico e análise do produto arqueosítio. *Pasos*, 5(1). [Acedido em 1 Março 2010]. <http://www.pasosonline.org/Publicados/5107/PS080107.pdf>

Matos O (2002) Subsídios para a história da valorização do património arqueológico em Portugal. Dissertação de doutoramento, Universidade de Coimbra, Coimbra.

Mendes L (2008) Nobilitação urbana no Bairro Alto: análise de um processo de recomposição sócio-espacial. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Mourão-Ferreira D (1977) *Alexandre Herculano e a valorização do património cultural português*. Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.

Pau-Preto F (2005) O património cultural no planeamento e no desenvolvimento do território: os planos de ordenamento dos parques arqueológicos. Dissertação de doutoramento, Universidade do Porto, Porto.

Pedregal P, Diekmann A (2004) How to reconcile archaeological site protection and visitors accessibility? http://www.in-situ.be/contrib_2_en.pdf [Acedido em 1 de Março de 2010].

Pedroso P (2007) Valorização do património cultural: o caso de Mértola. Dissertação de mestrado, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa.

Raposo L (1997) Arqueologia em diálogo. O papel dos museus. *Arkeos*. 1: 73-90.

Rodrigues M (2001) Preservar e consumir: o património histórico e o turismo. In Funari P, Pinsky J (ed.) *Turismo e património cultural*. Contexto, São Paulo.

Santos S (2003) Política urbana e competitividade das cidades. A protecção e a valorização do património urbano em Lisboa. Dissertação de mestrado, Universidade de Lisboa, Lisboa.

Simões J (2008) Turismo, ordenamento e sustentabilidade do território: problemas e desafios. In Cavaco C (ed.) *Turismo, inovação e desenvolvimento*. Centro de Estudos Geográficos, Lisboa.

Veloso T, Cavalcanti J (2007) Turismo em sítios arqueológicos: algumas modalidades de apresentação do património arqueológico. *Revista de Arqueologia*. 20: 155-168.

Vieira I (2006) O património e o turismo na cidade de Lamego. Dissertação de mestrado, Universidade do Minho, Braga.

Vieira N (2008) *Gestão de sítios históricos: a transformação dos valores culturais e económicos em programas de revitalização em áreas históricas*. Editora Universitária UFPE, Recife.